



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:
O PATRIMÔNIO CULTURAL
COMO MEDIADOR DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entre a cruz e a esquadra: Os capelães da Armada Imperial Brasileira na Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai

Between a cross and a fleet: The chaplains of the Imperial Brazilian Navy in the War of the Triple Alliance against the Government of Paraguay

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho¹

Resumo: Durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai milhares de homens tomaram parte das batalhas e campanhas deste sangrento e longo conflito. Porém, além dos combatentes, uma série de outros sujeitos exerceram funções no teatro de operações, como: médicos, enfermeiros, comerciantes, esposas, mães e companheiras dos beligerantes, prostitutas, práticos etc. Além destes, um grupo de homens contratados pela Marinha Imperial Brasileira como capelães desempenharam funções eclesiais a bordo dos navios e estabelecimentos de terra. O objetivo desse artigo é discorrer a respeito da atuação desse pequeno grupo de capelães a serviço da Marinha Imperial na Guerra da Tríplice Aliança, discutindo de que modo tal serviço religioso era percebido pelas autoridades navais brasileiras. Tal trabalho busca não perder de vista o contexto cultural onde a religião era de fundamental relevância na percepção dos acontecimentos fazendo parte da visão de mundo e construção de realidades, ou seja, a presença de padres no campo de batalha poderia garantir ao mesmo tempo a salvação dos corpos e das almas, a vitória e a graça divina.

Palavras-chave: Capelães; Marinha do Brasil; Guerra da Tríplice Aliança.

Abstract: During the War of the Triple Alliance against the Government of Paraguay thousands of men took part in the battles and campaigns of this bloody and long conflict. However, in addition to the combatants, several other subjects exercised functions in the theater of operations, such as: doctors, nurses, traders, wives and companions of the belligerents, prostitutes, ship pilots, etc. In addition to these, a group of men hired by the Imperial Brazilian Navy as chaplains performed ecclesiastical functions on board ships and land establishments. The aim of this article is to discuss the role of this small group of chaplains in the service of the Imperial Navy in the War of the Triple Alliance, discussing how this religious service was perceived by Brazilian naval authorities. Such work seeks not to lose sight of the cultural context where religion was of fundamental importance in the perception of events as part of the world view and construction of realities, or that is, the presence of priests on the battlefield could guarantee both the salvation of bodies and souls, victory and divine grace.

Keywords: Chaplains; Brazilian Navy; War of the Triple Alliance.

No decorrer da história, a guerra sempre caminhou de mãos dadas com o sagrado. Inumeráveis foram as divindades, semi deidades e entidades sobrenaturais que as mais variadas

¹ Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE). E-mail: sergiowcofilho@gmail.com

culturas relacionaram ao ato de guerrear, sendo famosos os deuses da guerra da Antiguidade Oriental e Greco-Romana. Contudo, mesmo com a ascensão das religiões monoteístas, a guerra continuou fazendo parte do repertório cultural religioso das sociedades judaica, cristã e islâmica. Cada Deus único dessas religiões foi historicamente constituído com características que o dotaram, também, da alcunha de Senhor da Guerra. A atividade bélica é muito mais que um fenômeno político, sendo também um fenômeno cultural de modo similar à religião e como tal as interseções de crenças religiosas com atos marciais são deveras comuns na história humana. Consoante Clifford Geertz, a religião é:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade as disposições e motivações parecem singularmente realistas.²

A partir de tal premissa, podemos afirmar que alguns agrupamentos cristãos produziram, durante o período medieval, concepções de mundo que alteraram a perspectiva pacifista do cristianismo primordial, para a possibilidade de desenvolvimento de “guerras justas”, fosse contra “infiéis” ou até mesmo contra outros povos cristãos. Desse modo, o sistema simbólico cristão criou uma ordem de existência na guerra que exigia a figura de um indivíduo que pudesse ser o mediador ou facilitador da comunicação entre os homens e o sagrado no campo de batalha: o capelão militar. Tal instituição, difundiu-se na cristandade medieval, desenvolvendo-se mais ainda na Modernidade com a atuação de capelães militares em meios navais durante a grande expansão marítima, fazendo surgir a figura do capelão naval.

Com a independência do Brasil e o estabelecimento do catolicismo romano como religião oficial do Estado Imperial brasileiro, a capelania militar e naval foi imersa em um panorama simbólico relevante no contexto religioso brasileiro, tendo sido uma instituição que atuou no cotidiano das Forças Armadas nacionais em tempos de paz e de guerra.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1865-1870) milhares de homens pertencentes às forças terrestres e navais brasileiras tomaram parte nas batalhas e campanhas deste longo e sangrento conflito³. Na historiografia tradicional da guerra

² GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 106-107.

³ Para uma compreensão mais aprofundada a respeito da Guerra do Paraguai, suas causas, consequências, operações bélicas e aspectos políticos internos e externos de cada uma das nações envolvidas no conflito, Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; e RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

ganharam destaque os líderes militares da Tríplice Aliança: generais, almirantes, coronéis, comandantes de navios, oficiais. Posteriormente, os historiadores desta guerra buscaram dar espaço em suas pesquisas aos combatentes de níveis hierárquicos menores, tratando dos seus dilemas no conflito, destacando a luta pela sobrevivência de homens pobres, dos combatentes paraguaios, dos ex-escravos brasileiros no campo de batalha.

Porém, além dos combatentes, uma série de outros sujeitos exerceram funções no teatro de operações que também foram de fundamental relevância diante de todo aquele escopo, tais como: os médicos, os enfermeiros, os comerciantes, os magarefes, as esposas e companheiras dos beligerantes, as prostitutas, as freiras, os práticos de navios etc.

Além destes, um grupo de homens contratados pela Marinha Imperial Brasileira como capelães desempenhou funções eclesiásticas a bordo dos navios e estabelecimentos de terra (arsenais e hospitais), tendo tido suas ações louvadas em Ordens do Dia assinadas pelos Comandantes em Chefe em Operações de Guerra da Armada Imperial, os Almirantes Tamandaré (1864-1866) e Inhaúma (1866-1869).

Consoante, Maria Dourado:

Na Guerra do Paraguai a assistência religiosa foi prevista e tornou-se parte fundamental quando colocada em prática, provavelmente para o bom andamento e disciplina nos campos de batalha. [...]

Observou-se que havia um forte predomínio da cultura religiosa entre os soldados, tanto oficiais como praças. A Igreja Católica, religião oficial do Governo Imperial, esteve presente nos campos de batalha⁴.

Nos meios navais brasileiros a cultura religiosa era bastante acentuada. Logicamente, o catolicismo, constitucionalmente estabelecido como religião oficial do Império, era seguido e tinha várias de suas crenças e práticas incentivadas e realizadas nos ambientes navais: navios, centros de formação de oficiais e marinheiros, estabelecimentos terrestres. O documento norteador da organização e disciplina da Armada Imperial Brasileira até a década de 1870 era o “Regimento Provisional, para o Serviço e disciplina das Esquadras e navios da Armada Real” publicado em 1796, em Portugal, e que se manteve em vigor na Marinha brasileira mesmo após a Independência do Brasil. Tal regimento, determinava em dois de seus artigos a realização de procedimentos religiosos católicos a bordo dos navios da Armada:

Em todos os Domingos, e Dias Santos se dirão duas Missas, e em todos os dias antes do anoitecer assistirá toda a Guarnição a Ladainha rezada, e mais orações em que se

⁴ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 252, 264.

peça a Deos todo o bom sucesso pelas Armas de Sua Magestade e saúde da Família Real.

[...]

Os Padres Capellães explicarão o Catecismo, e Doutrina a gente da Equipagem em todos os Domingos de tarde.⁵

Desse modo, em tempos de paz a Marinha Imperial incumbia aos seus capelães a responsabilidade por realizar as missas, ministrar os sacramentos necessários, dar às tripulações o catecismo e a instrução na doutrina cristã. Também, diante da carência de oficiais para lecionar as primeiras letras aos alunos das Companhias de Aprendizes-Marinheiros e à marinhagem em geral, poderia ser dada tal atribuição aos sacerdotes católicos a serviço da Marinha. O Regulamento para o Corpo de Imperiais Marinheiros, baixado pelo Decreto nº 411-A, de 05 de junho de 1845, estipulava que o capelão teria como obrigações: realizar missas na capela do quartel todos os domingos e dias santos, ensinar a doutrina e ministrar o catecismo às praças e aos aprendizes-marinheiros das Companhias, observar e fazer cumprir os ritos da quaresma, realizar orações e ladainhas na capela com a guarnição todos os sábados, vésperas de dias santos e ao cair da noite.

Outrossim, em um contexto de conflito bélico, a figura do capelão ganharia mais ênfase, na medida em que, ante a presença constante e iminente da morte, o sacerdote de Deus recebia maiores responsabilidades com relação às almas dos vivos, dos moribundos e dos mortos. Assim, no decorrer do conflito bélico, nove eclesiásticos contratados pela Marinha brasileira foram enviados para servir em navios presentes no teatro de operações ou em hospitais e arsenais sob responsabilidade da Força. Diferente do que aconteceu no Exército Brasileiro à época, os capelães da Marinha não eram militarizados nem possuíam uma carreira definida⁶, de modo que tal condição repercutia diretamente nos relatórios dos Ministros da Marinha, nas Ordens do Dia do Comando em Chefe da Força Naval do Brasil e na imprensa brasileira, em especial a que se publicava na Corte.

Décadas antes, com a Independência do Brasil, a composição do contingente da força naval nacional recém-criada era um misto de antigos elementos pertencentes à Real Marinha portuguesa que haviam aderido à causa de Dom Pedro e de novos membros advindos por meio de contratação (em sua maioria britânicos). Aqueles que passaram a exercer o sacerdócio cristão

⁵ PORTUGAL. *Regimento Provisional, para o Serviço e disciplina das Esquadras e navios da Armada Real*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo - Impressor do Conselho do Almirantado, 1796. p. 4.

⁶ A respeito dos capelães na Marinha Imperial Brasileira em período anterior à Guerra do Paraguai (contratação, soldos, discussões relacionadas à regulamentação da função), sugerimos a leitura de: OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Em prol da moralidade e da disciplina: os Oficiais do Culto da Marinha Imperial entre 1822 e 1865. *Antiteses*, v. 13, n. 25, p. 102-120, 2020.

nas belonaves imperiais nos primeiros anos pós-independência tinham a mesma origem dos primeiros, isto é, religiosos remanescentes da Armada lusitana, que paulatinamente somaram-se a outros contratados após a emancipação política brasileira.

Essa composição e estruturação da Armada Imperial brasileira não se deu de modo rápido, na medida em que, passadas quatro décadas de sua independência, o Brasil ainda vivenciava um lento e conturbado processo de constituição enquanto Estado-Nação. A chegada da década de 1860 não significou o término de tal processo, pelo contrário, pode-se dizer que tal decênio foi de extrema relevância para o que viria a ser o Brasil e grande parte da América do Sul, isso porque a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai teria enorme representatividade e consequências a todos os envolvidos.

Assim, durante e após a guerra, ao mesmo tempo em que diversas publicações oficiais ou órgãos de imprensa traziam menções elogiosas à atuação dos eclesiásticos a serviço da Marinha, também se levantava argumentos propondo a necessidade de organização e regulamentação de um Corpo Eclesiástico na Marinha brasileira.

Os capelães da Armada Imperial vão à guerra

Quando do início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai, a Armada Imperial brasileira tinha a seu serviço 10 capelães (todos extranumerários⁷), distribuídos em alguns navios, Companhias de Aprendizes-Marinheiros e Arsenais de Marinha (onde funcionavam as Companhias de Aprendizes Artífices). No último ano do conflito a quantidade capelães contratados pela Marinha dobrou, chegando ao número de 20. Apesar disso, nem todos estes Oficiais do Culto (termo dado nos registros oficiais aos capelães da Armada Imperial) atuaram no Teatro de Operações.

O quadro abaixo pode fornecer um breve panorama da distribuição dos sacerdotes a serviço da Marinha entre 1865 e 1870:

Tabela 1: Capelães na Armada Imperial na Guerra da Tríplice Aliança

Ano	Total de Capelães	Capelães da Armada Imperial efetivamente no Teatro de Operações
-----	-------------------	---

⁷ Sacerdotes contratados para exercerem atividades eclesiásticas, cujo contrato poderia ser desfeito a qualquer momento pela Marinha ou pelo religioso. Diferiam dos “Capelães do Número”, religiosos que possuíam um contrato efetivo (não temporário) com a Marinha. Pelo fato de inexistir um Corpo Eclesiástico regulamentado, poucos foram os Capelães do Número, tendo o último deles (Padre Joaquim de Santa Escolástica Mavignier) falecido no ano de 1860. Na documentação pós-1860 ainda aparecem registros de outro Capelão do Número, o Padre José D’Ave Maria, nomeado capelão da Marinha em 1825, mas que já não mais exercia suas funções por estar na condição de reformado desde antes da década de 1860.

1865	10 sacerdotes	1 - Pe Francisco do Carmo Gomes Diniz (Fragata <i>Amazonas</i>): contratado em 01/10/1857; 2 - Fr Antonio da Immaculada Conceição (Corveta <i>Jequitinhonha</i>): contratado em 29/05/1860; 3 - Fr Antonio da Conceição Gomes de Amorim (Corveta <i>Nichteroy</i> – em Montevidéu): contratado em 16/06/1863.
1866	11 Sacerdotes	1 - Fr Antonio da Immaculada Conceição (Esquadra em Operações); 2 - Pe Francisco Manoel das Chagas Xavier (Esquadra em Operações): contratado em 25/08/1865.
1867	11 Sacerdotes	1 - Fr Antonio da Immaculada Conceição (Esquadra em Operações); 2 - Pe Francisco Manoel das Chagas Xavier (Esquadra em Operações); 3 - Pe Benedicto Conti (Esquadra em Operações): contratado em 31/01/1867.
1870	20 sacerdotes	1 - Pe Francisco Manoel das Chagas Xavier (Esquadra em Operações); 2 - Pe Benedicto Conti (Esquadra em Operações): contratado em 31/01/1867; 3 - Pe Ignacio José Esmerate (Esquadra em Operações): contratado entre 1867 e 1868; 4 - Fr Gregório de la Plata (Esquadra em Operações): contratado em 23/06/1868; 5 - Fr Joaquim de Palermo (Esquadra em Operações): contratado em 23/06/1868.

Fonte: BRASIL. *Almanaks do Ministério da Marinha*. Vs.. IX, X, XI, XIII. Rio de Janeiro, Typographia Nacional e Typographia Perseverança, 1864, 1865, 1866 e 1870.

Percebe-se pelo quadro acima que o número de padres a serviço da Armada Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança era bem diminuto, ainda mais se comparado ao efetivo de homens da Armada Imperial no mesmo período. Menor ainda é o número de sacerdotes que chegaram a atuar efetivamente no Teatro de Operações a bordo dos navios da Marinha do Brasil ou em hospitais de sangue administrados pela força naval, o que variou de três a cinco padres, alguns dos quais contratados no decorrer do conflito.

Nesse contexto, os capelães no *front* naval eram distribuídos pelos principais navios ou pelos hospitais administrados pela Marinha (em Buenos Aires, Corrientes, Assunção). Isso acabava por concentrar a assistência religiosa, na medida em que os serviços religiosos se davam na maioria das vezes a bordo do navio onde se encontrava o capelão, e em menor escala em terra (quando possível) ou em outro navio para onde o capelão se deslocava temporariamente.

À guisa de comparação, o Exército Brasileiro, mesmo tendo a organização de sua Repartição Eclesiástica, teoricamente, em melhores moldes do que a da Armada Imperial e um efetivo de combatentes muito maior na guerra, também não parece ter enviado um número tão significativo de seus Oficiais Capelães ao *front*. Consoante Marcio Trevizan: “figuraram em média 15 sacerdotes Capelães do Exército que estiveram diretamente ligados aos conflitos deflagrados nos anos de 1864 a 1870”⁸. Apesar de um número tão diminuto ele corresponde a uma média cerca de 3 vezes maior que na Marinha.

⁸ TREVIZAN, Marcio Bogaz. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguai – 1864-1870. In: XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (ANPUH): História e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras. Campo Grande: *Anais do XI EEH – ANPUH-MS*, 2012). Para mais dados a respeito da participação dos capelães do

A despeito disso, é bastante significativo o modo elogioso e a frequência com que os capelães da Armada Imperial aparecem em variados tipos documentais relacionados à guerra. Logicamente, tal ênfase na figura dos sacerdotes tinha por mote dois aspectos: as arraigadas concepções religiosas existentes nas visões de mundo dos superiores hierárquicos e articulistas de periódicos que redigiram os documentos potencializadas por um evento limite em que estava em jogo o destino de homens e nações, bem como a construção discursiva de que a presença de padres nos navios auxiliaria na manutenção da disciplina e no cumprimento da sagrada missão de lutar pelo Império.

Assim, antes mesmo do conflito com o Paraguai, a presença de capelães navais já se dava na Esquadra brasileira envolvida na Guerra Civil uruguaia entre *Blancos* e *Colorados*, naquilo que ficou conhecido como Campanha do Uruguai (1864-65). Sob o comando do Almirante Joaquim Marques Lisboa, então Barão de Tamandaré, a força naval brasileira atuou na República Oriental por ordem do Governo Imperial. Nessa campanha estava a bordo da Corveta *Nictheroy* o Frei Antonio da Conceição Gomes de Amorim. Conforme os assentamentos do sacerdote, este chegara a Montevideu em 15 de maio de 1864 e:

Por ordem do Exmo. Sr. Vice-Almirante Visconde de Tamandaré Comte em Chefe das Forças Navais no Rio da Prata de 18 de janeiro de 1867 se declara que este Capellão durante o sitio de Paysandu satisfez os deveres de seo sagrado Ministério prestando os socorros espirituas aos nossos bravos e que servio também no hospital de Buenos Ayres em charidade evangelica desde 6 de janeiro de 1865 até 31 de janeiro de 1866.⁹

Surgem aí expressões que serão corriqueiras nos assentamentos dos capelães a serviço da Marinha na Guerra do Paraguai, apontando as atribuições dos padres: cumprimento dos deveres do sagrado ministério, prestação de socorros espirituais aos homens, demonstração de caridade evangélica. A prestação de socorros espirituais aos homens em situação de batalha poderia significar várias ações por parte dos sacerdotes, tais como: consolar os aflitos e feridos com palavras, rezar com os homens, ouvir a confissão dos pecados, escutar os pedidos de perdão diante da morte iminente e oferecer a absolvição, ministrar o sacramento da extrema unção, realizar ritos fúnebres etc.

Exército Brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança Cf. SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. Pela salvação das almas: a presença de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 7, n. 1, 2014. PIOVEZAN, Adriane. A assistência religiosa na guerra: o serviço de capelania militar no Brasil. In: IV Simpósio do GT História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul – Religiões, Religiosidades e Patrimônio Cultural. Porto Alegre: *Anais do IV GTHRR-ANPUH*, 2015.

⁹ ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL: *Livro Mestre de Padres*. Nº 5.414. Rio de Janeiro, s.a. p. 29.

Finda a Campanha do Uruguai, o Frei Antonio Amorim permaneceria até o princípio do ano de 1866 servindo no hospital na cidade de Buenos Aires auxiliando os moribundos que lá chegavam, muitos destes oriundos das batalhas que agora se desenrolavam na Guerra contra o Paraguai. Consoante o Cirurgião-Mór da Armada Imperial, Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, o capelão Amorim residia no próprio hospital em Buenos Aires e estava sempre pronto “a prestar os socorros espirituas, e a exhortar os doentes nos momentos afflictivos da dor”¹⁰.

Essa atuação eclesiástica levaria o Frei Antonio Amorim a receber as honras de Pregador da Capela Imperial, conforme noticiado no *Correio Mercantil* em 03 de março de 1867:

Por carta imperial da mesma data foram concedidas as honras de pregador da imperial capella a Fr. Antonio da Conceição Gomes de Amorim, capellão extranumerário da armada em attenção ao seu merecimento, e aos serviços por elle prestados na campanha contra o Paraguay.¹¹

Affonso Taunay nos traz mais pistas a respeito da origem religiosa do frei Antonio de Amorim, informando que o religioso seria da Ordem de São Bento. A relação entre os beneditinos e a Marinha Imperial sempre foi muito próxima, tendo o Arsenal de Marinha da Corte e outras repartições da Força crescido aos pés do morro onde se localizava o Mosteiro de São Bento. Parte dos terrenos nos quais se erigiram algumas das instalações da Marinha no Rio de Janeiro foram doados pelos beneditinos, além disso, após a Independência do Brasil, a Academia Imperial dos Guardas-Marinha, instituição que formava os oficiais da Armada brasileira, funcionou durante alguns anos no próprio Mosteiro de São Bento. Taunay, indica a seguinte trajetória biográfica do beneditino Antonio de Amorim:

Mais soldado do que padre, entre parenthesis, navegara annos e annos, sobretudo na *Niterói*, fragata de que contava maravilhas; bombardeara Paisandú e forçara Tonelero, fizera cruzeiros innúmeros e não sei mesmo si não dera a volta ao mundo. Contava com muita animação e certa graça, innúmeros casos de sua longa capellania naval e tirava a máxima ufania do título de pregador imperial, com que o condecorara o imperador, ao se reformar e recolher-se ao seu cenóbio.¹²

Mas não foi apenas o frei Amorim a ganhar destaque na pena de autoridades militares e articulistas da imprensa brasileira. Nos meses iniciais do conflito contra o Paraguai ocorreria a célebre a Batalha Naval do Riachuelo a 11 de junho de 1865, e dentre os diversos combatentes

¹⁰ AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 38.

¹¹ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 03 de março de 1867.

¹² TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *No Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 235.

citados nas partes de combate dos comandantes dos navios brasileiros envolvidos na refrega estava o Padre Francisco do Carmo Gomes Diniz, capelão lotado na Fragata *Amazonas* (Capitânia da Força Naval brasileira), o qual acabou deslocando-se à Corveta *Beberibe* pouco antes de a Batalha ter início, sendo desse modo mencionado pelo comandante da *Beberibe*, o Capitão-Tenente Bonifácio Joaquim de Santana, em sua parte de combate:

Terminarei assegurando a V. Ex. que a guarnição portou-se com valor, e que os officiaes combatentes e das classes annexas sempre se conservaram nos seus postos desempenhando com bizarría os deveres de seu cargo [...] *O capellão do vapor Amazonas, padre Francisco do Carmo Gomes Diniz*, que esteve durante o combate a bordo deste navio, por ter vindo socorrer um moribundo, pouco antes de apparecer o inimigo, desempenhou sua sagrada missão com todo zelo, caridade e sangue frio.¹³

A famosa Batalha Naval ocorreu em um dia de domingo, e consoante os escritos a respeito do episódio, momentos antes da refrega os brasileiros preparavam-se para a celebração de uma missa nos dois principais navios da Força Naval brasileira no rio Paraná. As missas aos domingos faziam parte da rotina religiosa mesmo em zona de guerra e ocorriam quando não estavam se dando combates. Ignácio Fonseca, veterano da guerra, em seu estudo sobre a batalha do Riachuelo afirma que, antes de os vigias dos navios brasileiros terem avistado a esquadra inimiga se aproximando por volta das 8h30 da manhã, “a tolda do *Amazonas* e do *Jequitinhonha* iam se adereçando para celebrar o santo sacrificio da Missa”¹⁴.

Nestes navios estavam lotados os dois capelães da Marinha em território sob o domínio paraguaio. Assim, além do Padre Francisco Diniz¹⁵ (capelão da *Amazonas* citado na parte de combate do comandante da Corveta *Beberibe*), também estava presente na Batalha Naval do Riachuelo outro sacerdote contratado pela Marinha do Brasil: o Frei Antonio da Immaculada Conceição.

O Capelão Conceição estava a bordo da Corveta *Jequitinhonha* a qual, por decorrência da refrega, encalhou em um banco de areia defronte as barrancas de Santa Catalina e o Rincón de Lagraña, vindo a sofrer forte fuzilaria e fogo de artilharia das forças paraguaias postadas em terra. Os assentamentos do Frei Antonio da Immaculada Conceição no Livro-Mestres de Padres

¹³ FONSECA, Ignacio Joaquim. *Estudo. A Batalha de Riachuelo*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia a vapor Lombaerts & Comp, 1883, p. 150. Destaque nosso.

¹⁴ *Ibidem*, p. 13.

¹⁵ Conforme notícia publicada no jornal *Gazeta de Notícias* de 10 de junho de 1901, o Cônego Diniz viveu até aquele ano, quando cometeu suicídio jogando-se em um poço que existia em sua residência no bairro do Méier, na cidade do Rio de Janeiro. O sacerdote tinha então 73 anos de idade.

da Armada Imperial¹⁶ trazem valiosas informações e são, de certa maneira, impressionantes quando se enumeram todas as ações navais que o referido capelão tomou parte durante a Guerra.

Nascido no Maranhão em 15 de maio de 1835, o Frei Conceição havia sido contratado pela Marinha em 1860, tendo servido antes da guerra a bordo da Corveta *União*, do Vapor *Ipiranga* e da Corveta *Bahiana*. Tomando por base seus assentamentos, a trajetória do Frei Conceição na Guerra da Tríplice Aliança, perpassa importantes momentos do conflito, conforme pode ser vislumbrado no quadro abaixo:

Tabela 2: Registros do Frei Antonio Conceição no Livro-Mestre de Padres (1864-1868)

Data	Ação Naval
10/12/1864	Chegou a Montevideú ainda no contexto da Campanha do Uruguai.
25/05/1865	Na investida contra a cidade de argentina de Corrientes, sob o domínio paraguaio: “Assistio no Vapor <i>Jequitinhonha</i> aonde se achava embarcado ao ataque de Corrientes [...] e foi por este feito elogiado em nome de S.M. O Imperador. [...] No dia 25 de maio de 1865, depois do combate e retomada de Corrientes este Sacerdote à requisição do General Paunero, Commandante das Forças Argentinas, foi prestar socorros espirituas às praças da mesma Força que se achavão feridas nos Vapores do Governo Argentino <i>Pavón</i> e <i>Pampero</i> , por cujo feito foi elogiado pelo Chefe do Estado Maior da mesma Esquadra Barão do Amazonas”.
11/06/1865	Durante a Batalha Naval do Riachuelo: “Assistio ao Combate Naval entre as Esquadras Imperial e a Paraguaia e suas baterias no lugar denominado Riachuelo no rio Paraná no dia 11 de junho de 1865 e por abandôno do Vapor <i>Jequitinhonha</i> a 13 do mesmo mês passou para o Vapor <i>Beberibe</i> ”.
18/06/1865	Passagem de Mercedes: “Achava-se a bordo do Vapor <i>Beberibe</i> por ocasião d’este navio forçar as baterias paraguayas situadas nas barrancas denominadas Mercedes no Rio Paraná, soffrendo o mesmo Vapor n’esta ocasião mortífero fogo de artilharia e fusilaria que lhe dirigião as forças inimigas situadas sobre as ditas barrancas”.
12/08/1865	Passagem de Cuevas: “Achava-se no Vapor <i>Amazonas</i> por ocasião do mesmo forçar as baterias paraguayas situadas entre as barrancas denominadas Cuevas no Rio Paraná”.
16/04/1866	Operação de Passo da Pátria (quando os Aliados adentraram em território paraguaio): “Este Sacerdote prestou em todos os combates dados no Passo da Pátria entre as Forças Brasileiras de Mar e Terra e a Fortaleza denominada Itapiru e as chatas inimigas os socorros inherentes a seo sagrado Ministério. Assistio a passagem do Exército para o território Paraguayo a 16 de abril de 1866. Também prestou socorros de seo sagrado Ministério nos Hospitaes de sangue de Marinha e 1º Corpo do Exército”.
03/09/1866	Batalha de Curuzu: “No Combate de 3 de setembro contra as fortificações de Curuzú entre as nossas forças de mar e terra, este Sacerdote cumprio sempre com os deveres de seo sagrado ministério”.
22/09/1866	Na derrota na Batalha de Curupaiti: “Por ocasião do combate contra a fortificação do Curupaity este sacerdote foi incansável no bom comportamento dos deveres que lhe competião, ministrando os sacramentos da Penitencia e extrema unção já nos hospitaes de Marinha <i>Onze de Junho</i> já em o Transporte – <i>16 de Abril</i> – encarregado de conduzir nossos feridos para a cidade de Corrientes e já finalmente nos hospitaes de terra do 2º Corpo do Exército”.
15/08/1867	Passagem de Curupaiti: “este Capellão fazia parte d’esta corveta [<i>Brasil</i>] quando no dia 15 de agosto de 1867 forçou a passagem de Curupaity”.

¹⁶ ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL. Op. cit., p. 44-45.

19/02/1868	Passagem de Humaitá: fazia “parte da guarnição do encouraçado <i>Brasil</i> quando no dia 19 de fevereiro de 1868 bateu a bateria Londres e as barbetas adjacentes, auxiliando por este modo a passagem da Esquadra pelo Humaitá”.
02/03/1868	Na tentativa de abordagem dos navios brasileiros por paraguaios em dezenas de canoas: Prestou socorro aos feridos após a abordagem do Couraçado <i>Lima Barros</i> .
01/10/1868 15/10/1868	Nas duas passagens de Angostura: “Assistio ao Combate com a bateria Angostura no dia 1º de outubro de 1868. Fazia parte da guarnição da Corveta <i>Brasil</i> quando no dia 15 de outubro forçou a bateria de Angostura sofrendo vivo fogo de artilharia”.
22/11/1868 25/11/1868	Passagem de Timbó: “forçou a passagem defendida pelas baterias de Timbó”.

Fonte: ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL: *Livro Mestre de Padres*. Nº 5.414. Rio de Janeiro, s.a.

Como dito, chega a ser surpreendente a presença do Capelão Conceição em tantas ações navais consideradas como importantes eventos para a Armada Imperial durante a guerra. Cabe acentuar ainda que, após o forçamento da Passagem de Humaitá (19/02/1868) pela Esquadra, o sacerdote partiu rumo ao Rio de Janeiro em licença médica, mas, poucos meses depois, regressou ao Teatro de Operações a tempo de participar, nos meses de outubro e novembro, das Passagens de Angostura e de Timbó.

Após a tomada de Assunção pelas forças aliadas em 1º de janeiro de 1869, o frei Conceição encerrou seus serviços na guerra tendo regressado ao Rio de Janeiro em fevereiro daquele ano e assumido a função de capelão do Arsenal de Marinha da Corte em 29 de abril.

Diante da presença do padre Conceição em tantos momentos da guerra considerados relevantes, muitos elogios lhe foram destinados pelos Almirantes Visconde de Tamandaré e Visconde de Inhaúma, e pelo próprio Imperador. Além disso, recebeu diversas condecorações de modo similar aos homens que, diferente dele, pegavam em armas, tais como: Ordem Imperial do Cruzeiro (grau de Cavaleiro), Ordem de Cristo (grau de Cavaleiro), Imperial Ordem da Rosa (grau de Cavaleiro), Medalha de Campanha da Confederação Argentina (de Prata), Medalha da Campanha Oriental (de Prata), Medalha do Combate Naval do Riachuelo (de Prata). Somadas às comendas, o capelão Conceição, estando ainda no rio Paraguai, recebeu o diploma de Cônego Honorário da Capela Imperial por meio de Decreto de 10 de março de 1867.

A imprensa do Rio de Janeiro também traria informações relativas à atuação do Capelão Antonio da Immaculada Conceição no *front*. No final de 1865, foi publicado pelo *Correio Mercantil* a carta de um correspondente pertencente à Armada Imperial que, além de trazer várias informações sobre os acontecimentos dos últimos meses, descrevia detalhadamente o que chamava de “uma solemnidade importante” que ocorrera no dia 21 de novembro a bordo da Canhoneira *Belmonte*, que se tratou de uma missa com a finalidade de realizar o benzimento

de uma bandeira que o Imperador entregara ao 12º Corpo de Voluntários da Pátria. A missa foi celebrada pelo Padre Conceição, estando presentes os Almirantes Tamandaré, Barroso, Alvim, José Maria Rodrigues e Muratore (argentino), o Coronel Bruce, além de oficiais de diversos navios brasileiros, argentinos, de uma canhoneira italiana e do 12º Corpo de Voluntários da Pátria. Conforme o correspondente:

Houve celebração de uma missa pelo capellão do Amazonas, o *padre-mestre Antonio da Immaculada Conceição*. [...]

Depois da benção, o chefe Barroso tomou o estandarte e proferiu as seguintes palavras cheio do mais vivo fervor e entusiasmo:

‘Em torno deste pendão é que se reúnem os filhos de Santa Cruz para desagravarem a nacionalidade ultrajada. Todos nós juramos fidelidade e dedicação ao Imperador e ás leis; e estrella do triumpho nos levará o labarum do Império, á tremular muito em breve, nas torres de Humaitá e Assumpção! O déspota, inimigo da liberdade dos povos vai baquear ao impulso do nosso valor!’¹⁷

Na sequência do discurso do Almirante Barroso, outra alocução foi proferida, desta feita pelo Tenente-Coronel Brito, comandante do Corpo de Voluntários da Pátria que também estava a bordo da *Belmonte*; o hino nacional foi tocado e brindes (com copos d’água) foram dados ao Imperador, ao Deputado Manoel Pinto de Souza Dantas, ao Ministro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, às nações aliadas, ao Visconde de Tamandaré e aos heróis de Paissandu e de Riachuelo. Por fim:

O padre-mestre Antonio da Immaculada Conceição brindou à religião do estado, á esse complexo de dogmas, inspirados pelo Martyr do Calvário, que esparziu a liberdade e a fraternidade entre os homens.

Mostrou eloquentemente, como do cimo do Golgotha irradiarão-se as instituições liberaes, e que o homem de Deos, nivelando as condições quebrará a cadêa de bronze dos privilégios mundanos¹⁸.

Note-se que a ênfase dada no brinde do capelão à religião do Estado, demonstrando, em uma celebração religiosa que reunia diversos líderes militares, a contiguidade entre o Estado Imperial e a Igreja Católica. Ao mesmo tempo, ao evocar a liberdade trazida por Cristo aos homens, subentende-se a propagação da ideia de uma missão divina na qual deveriam estar imbuídos os homens das forças aliadas, os quais deveriam quebrar “a cadêa de bronze” em que estaria o povo paraguaio.

Já em 1868, o *Diário do Rio de Janeiro* publicaria a Parte de Combate da Passagem de Humaitá, oriunda da lavra do Capitão-Tenente João Mendes Salgado, comandante do Encouraçado *Barroso*. Nele, o futuro Barão de Corumbá, faria menção ao Padre Conceição, a

¹⁷ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1865. Destaque nosso.

¹⁸ *Ibidem*.

bordo do navio neste episódio naval extremamente celebrado no Brasil, nos seguintes termos: “O Dr. José Marcellino de Mesquita, o pharmaceutico Francisco Lourenço Tourinho de Pinho e o capellão conego Antonio da Immaculada Conceição, conservaram-se prompts em seus postos de honra à espera do resultado do combate para cumprir os seus misteres”¹⁹.

Como já mencionado, após a tomada de Assunção pelos aliados, o padre Antonio da Immaculada Conceição regressou ao Brasil e passou a prestar serviços eclesiásticos no Arsenal de Marinha do Rio Janeiro, especificamente na Companhia de Aprendizes Artífices. Em 1872 foi nomeado para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Maranhão, contudo não chegou a exercer tal comissão, pois pediu demissão, tornando-se, em seguida, vigário na cidade de Niterói.

Um quarto Capelão Extranumerário da Armada Imperial cuja atuação se pode vislumbrar na documentação foi a do Padre Francisco Manoel das Chagas Xavier. Contratado com a guerra em curso, em 25 de agosto de 1865, o sacerdote aparece nos relatos do Combate da Ilha da Redenção, no contexto da Operação do Passo da Pátria, ocorrido no dia 10 de abril de 1866, e publicado no *Diário de Pernambuco*:

Este glorioso combate nos custou 43 mortos e 106 feridos [...] Tanto os nossos feridos como os Paraguayos foram transportados immediatamente para os vapores *Onze de Junho* e *Duque de Saxe* [...] Aos feridos moribundos deu os socorros espirituais o *Rev. Francisco Manoel das Chagas Xavier*, capellão da Armada Imperial e do hospital de sangue da marinha.²⁰

Destaca-se na atuação do padre Xavier o constructo discursivo na fraternidade e compaixão cristã, na medida em que o articulista faz questão de informar que não somente os moribundos aliados receberam seus préstimos, mas também os paraguaios.

A ação de Xavier, e de outros sacerdotes presentes no *front*, não se restringiu, porém, aos momentos dos combates e às missas regulares. Um inimigo atroz, tanto dos aliados como dos paraguaios, se fez presente nesta guerra ceifando a vida de milhares de homens, com muito mais vigor que as armas brancas e de fogo. Com a estagnação da Campanha a partir do final de 1866, a grande aglomeração de homens em acampamentos e navios com péssimas condições sanitárias, redundaram em epidemias extremamente mortais, que foram adversárias implacáveis das tropas terrestres e navais, dentre elas estava o cólera.

¹⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 12 de março de 1868.

²⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 de maio de 1866. Destaque nosso.

Em um contexto tão mórbido, a figura do capelão assumia imensa relevância ante os homens que se encontravam vivendo tal realidade, já que muitos deles viam nas palavras do sacerdote o único modo de se salvarem daquele flagelo (mesmo que a única salvação possível fosse a das almas), ou de obterem certo consolo diante dos sofrimentos e da morte iminente, geralmente em tenra idade e tão distante dos entes queridos. Havia então o desejo por parte dos soldados e marinheiros de se ter um sacerdote por perto no momento da doença e da morte, o que nem sempre era possível diante de número tão reduzido de religiosos em comparação ao quantitativo de combatentes.

O *Diário do Rio de Janeiro* de 15 de junho de 1867 publicaria o comunicado do Comandante em Chefe da Força Naval Brasileira, o Visconde de Inhaúma, ao Ministro da Marinha a respeito da atuação dos capelães da Armada ante a epidemia de cólera:

Cabe-me acrescentar que os *Revs. Padres Francisco Manoel das Chagas Xavier e Benedicto Conti*, assistiram constantemente os moribundos, e prestaram-lhes todos os socorros da religião. Nem uma só praça foi sepultada sem que precedesse a encomendação espiritual.

O padre Conti adoeceu com a fadiga; mas o padre Chagas Xavier foi incansável no desempenho de seus deveres.²¹

O Visconde de Inhaúma, substituto de Tamandaré no comando das Forças Navais Brasileiras a partir de dezembro de 1866, também reservou em muitas de suas Ordens do Dia, menções a ação dos capelães da Armada Imperial e aos atos de devoção da religião católica. Uma de suas primeiras Ordens do Dia como Comandante em Chefe da Força Naval, a nº 7, de 1º de janeiro de 1867, é bastante significativa pelo seu teor extremamente religioso. Apesar de extenso, citaremos um trecho da referida Ordem do Dia que dá uma breve noção da visão de mundo religiosa de Inhaúma:

Longe da pátria e de todos os objectos caros ao nosso coração, ansiosos pelo encontro em que a sorte das armas deve terminar em bem nosso, a luta de gigantes em que nos achamos empenhados, nós soldados christãos temos um dever a cumprir.

É elle invocar o auxilio divino para o bom êxito de nossa empreza. E esse auxilio melhor nos virá pela intersecção da Santa e Immaculada Mãe de Deus, Padroeira do Império. Estabeleço para esse fim as regras seguintes, e espero a coadjuvação de todos os meus camaradas para a sua pontual execução:

1º Às 10 horas da manhã, nos domingos e dias santificados, o reverendo capellão da corveta *Brasil* celebrará o Santo Sacrificio da Missa, dando no fim a oração *Pro-Imperatori*, e aspergindo os circunstantes. A este acto assistirão os Srs. chefes commandantes e officiaes, que sem prejuízo do serviço o possam fazer.

2º Em todos os sabbados ao toque das Ave Marias, formar-se-hão as guarnições e descobertos rezarão em voz baixa a ladainha de Nossa Senhora, e Salve Rainha.

²¹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1867. Destaque nosso.

3º O reverendo capellão do *Brasil*, traduzirá da língua latina para a vernácula o hymno *Ave-Maristella*, e a oração *Sub tum praesidium*, que distribuirá por todos os navios da esquadra, para serem rezadas com a ladainha. Espero de sua reconhecida illustração e caridade, que se prestará a esse serviço.

4º Quando qualquer praça da esquadra se achar em artigo de morte, requisitar-se-há logo directamente ao *Brasil* o auxílio do ministério do reverendo capellão.

5º Fóra do acto de combate e mesmo durante este, sempre que seja possível, nenhum cadáver será dado á sepultura sem que preceda á encomendação do ritual Romano.

O homem do mar acostumado a contemplar na vastidão do oceano o poder do Autor da natureza, rende-lhe sempre culto e invoca seu auxílio. Elle é a esperança, sua mais doce consolação.²²

Tal Ordem do Dia é deveras relevante ao tema aqui discutido, pois nos indica um chefe militar realizando uma série de determinações quanto a práticas religiosas por parte de seus subordinados. Não se tratava apenas de determinar a realização da missa pelo capellão da Armada, mas em quais dias e horários deveriam ocorrer as celebrações religiosas e os atos mais particulares de devoção, além de indicar que orações e canções deveriam ser proferidas pelos oficiais e marinheiros. Ademais, há uma clara preocupação de Inhaúma quanto à encomendação das almas dos marinheiros mortos no teatro de operações, cujos enterramentos deveriam ser feitos, de preferência e sempre que possível, apenas após a ação do capellão em prol de suas almas. Essa preocupação, além de fazer parte dos repertórios culturais de crença do Almirante Inhaúma, servia também como um consolo aos companheiros de armas que sobreviviam às batalhas e aos familiares dos mortos, pois mesmo sabedores que não poderiam prestar as devoções religiosas devidas nas sepulturas daqueles mortos nos anos que se seguiriam, teriam a certeza do esforço de que “Nem uma só praça foi sepultada sem que precedesse a encomendação espiritual”.

A atuação do Padre Francisco Manoel das Chagas Xavier na Guerra da Tríplice Aliança, tal qual sucedera ao Frei Antonio Amorim, fez o Governo Imperial conceder-lhe “as honras de conego da capella imperial [...], em attenção aos serviços por elle prestados na esquadra em operações durante a invasão do cholera-morbus”²³.

O outro eclesiástico, o padre Benedicto Conti, também citado no comunicado do Almirante Joaquim José Ignácio a respeito da atuação dos capellães nos socorros aos coléricos, por sua vez, era de origem italiana e havia sido contratado pela Marinha em 31 de janeiro de 1867, durante o período de estagnação do avanço aliado. Seu nome aparece em outra ocasião na imprensa, desta vez na Parte Oficial do Visconde de Inhaúma que tratou da Passagem de Timbó, ocorrida a 16 de agosto de 1868:

²² Ibidem.

²³ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1867.

Os commandantes, officiaes e guarnições portaram-se com a galhardia de costume. [...] Os Drs. chefe de saúde e José Marcellino de Mesquita, cumpriram com todo o sangue frio as suas obrigações, no que os acompanhou com inteligência e caridade o Rev. capellão padre *Benedicto Conti*.²⁴

Após a tomada de Assunção pelos Aliados, *Benedicto Conti* permaneceu na cidade a serviço da Marinha do Brasil, sendo considerado um dos precursores da Franco-Maçonaria na capital paraguaia²⁵. Na década de 1880, *Conti* foi transferido a pedido para o Corpo Eclesiástico do Exército Brasileiro recebendo o posto de Primeiro-Tenente Capelão.

Outro religioso estrangeiro a serviço da Marinha brasileira na guerra contra o Paraguai, que ficou célebre em 1868 devido a um episódio que à época teve grande repercussão, foi o padre *Ignacio Esmerate*, um sacerdote espanhol que fora contratado pela Marinha do Brasil entre 1867 e 1868. Tanto a imprensa no Brasil, como diversos autores que escreveram obras sobre a história da Guerra do Paraguai ainda no século XIX, deram ênfase ao episódio protagonizado pelo padre *Esmerate*²⁶.

Após a evacuação paraguaia dos últimos homens que guarneciam a afamada Fortaleza de Humaitá em 25 de julho de 1868, um grupo composto por mais de mil militares que havia deixado a fortificação ficou acuada pelas tropas aliadas nas imediações de Humaitá, sem conseguir fugir do cerco. Ao mesmo tempo, os aliados não conseguiam aproximar-se dos paraguaios sem evitar o confronto que teria drásticas consequências, de modo que por vários dias, os comandantes brasileiros buscavam uma rendição da parte dos paraguaios enviando parlamentários, os quais não conseguiam aproximar-se para negociar, pois disparos eram efetuados ante sua chegada.

Passada uma semana, na qual os paraguaios realizaram, sem êxito e com muitas perdas, várias escaramuças em canoas a fim de forçar a passagem, romper o cerco e subir o rio, a situação continuava sem uma resolução a contento. O capelão da Armada *Ignacio Esmerate*, que servia no Hospital de Corrientes, voluntariou-se, então, no dia 02 de agosto para tentar negociar a rendição dos paraguaios, o que foi autorizado pelo General Marquês de Caxias.

²⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1868. Destaque nosso.

²⁵ PROBER, Kurt. *História do Supremo Conselho do Grau 33*. vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1981, p. 145.

²⁶ SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor D. L. Garnier, 1884.; OURO PRETO, Visconde de (Affonso Celso de Assis Figueiredo). *A Marinha d'outrora: subsídios para a História*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.; CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias del coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea Reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay. Tomo Tercero*. Buenos Aires: Imprenta de Obras de J. A. Berra, 1897; COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Vol III. Rio de Janeiro: Livraria A. G. Guimarães, 1870.

Consoante relato do episódio feito pelo próprio Padre Esmerate, em carta dirigida ao Almirante Visconde de Inhaúma datada de 04 de agosto de 1868:

Nesta data acabo de realizar a nobre missão que a mim mesmo hei imposto como apóstolo da religião afim de levar ao grupo do exercito paraguay que se achava entrincheirado no albardão da lagôa existente entre as nossas forças que sitiavão o Chaco, as palavras de paz, abnegação e de conforto.²⁷

Assim, Esmerate embarcou no Vapor *Cecília* e dirigiu-se ao local do imbróglio. Lá chegando apresentou-se ao Coronel Herculano Pedra, o qual demonstrou desconforto diante do intento do sacerdote, informando-lhe que não poderia se responsabilizar pelas consequências de sua ação, considerando que ela seria infrutífera e perigosa. Mesmo assim, o capelão prosseguiu em seu objetivo e apresentou-se ao General Jacintho Machado Bittencourt, o qual pôs a par das duas tentativas frustradas de envio de parlamentários que visaram negociar a rendição. Apesar disso, o general viu no envio de um religioso uma boa ideia, pois poderia amainar o ímpeto do inimigo, que assim como os brasileiros também era católicos:

Assim que, fez-me acompanhar por um official do exercito argentino e dous soldados. [...] No dia 4, porém, as 4 horas da tarde, teve lugar o desempenho de minha evangélica missão [...] Avancei-me então para as fortificações e comuniquei ao intérprete paraguay, que antecipadamente levava comigo, por condição de S. Ex. marquez de Caxias, que lhes dissesse em guarany, que eu vinha por parte da religião e da humanidade levar-lhes a paz, a vida e a saúde.²⁸

O padre Esmerate iniciou seu pronunciamento instando os paraguaios a entregarem-se a partir de um discurso que evocava uma religião comum compartilhada entre brasileiros e paraguaios. Terminadas suas palavras, saíram da mata dois oficiais e um sargento, os quais informaram que seus homens se entregariam. Victorino de Barros²⁹ afirma que se renderam 1.328 homens, dentre os quais o Coronel Francisco Martinez, o Capitão de Fragata Remigio Cabral (da Marinha Paraguaia), 96 oficiais, além de terem sido capturadas 5 peças de artilharia e muito armamento e munições³⁰.

Esmerate encerra sua missiva ao Almirante Inhaúma em um forte tom religioso, o que muito agradava ao Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira:

²⁷ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1868.

²⁸ Ibidem.

²⁹ BARROS, J. A. Victorino de. *Guerra do Paraguay*. O Almirante Visconde de Inhaúma. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1870, p. 341.

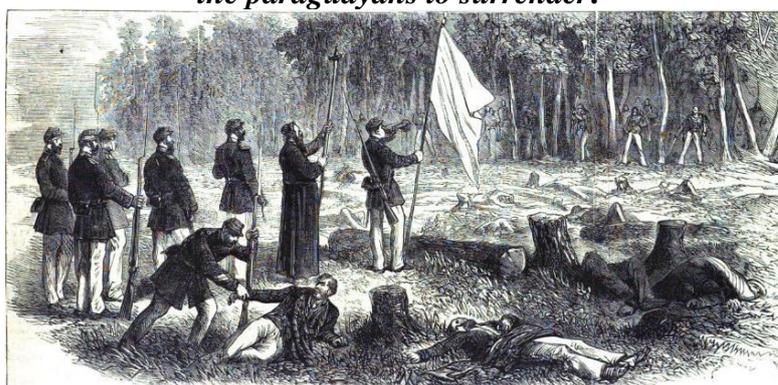
³⁰ O Visconde de Ouro Preto, por sua vez, afirma que “Renderam-se o Tenente-Coronel Francisco Martinez, dois Capitães-de-Fragata, Cabral e Gil, um sargento-mor, dois capelães, 95 oficiais, 900 soldados moços e robustos, 300 enfermos e feridos, com todo o armamento, inclusive seis canhões”. In. OURO PRETO. Op. cit., p. 202.

Resta-me, além da esplendida victoria que acabamos de colher, a doce e grata consolação á minha consciência e aos meus deveres de sacerdote, de haver cumprido a mais sagrada e augusta missão, concorrendo com a palavra do Crucificado, a fim de que não continuasse mais a terra a ser ensopada de sangue de nossos irmãos, e que aquelles valentes soldados deixassem de sofrer tão pungidores martyrios em holocausto a seu tyrano governo e á disciplina militar de seu paiz.³¹

De modo que a noção da fraternidade cristã é aqui evocada, em uma clara oposição à guerra, pois os “valentes soldados” paraguaios, enquanto filhos da igreja católica, seriam irmãos dos brasileiros, sendo a morte daqueles uma decorrência de seus espíritos militarmente disciplinados e da tirania de Solano López para com seus compatriotas. A rendição, e consequente sobrevivência de mais de mil “irmãos” paraguaios através da ação de um capelão souou aos contemporâneos do acontecimento, na imprensa e em registros oficiais, como uma mostra da providência divina.

A surpreendente história de um padre que voluntariamente dirigiu-se até o inimigo que resistia violentamente a qualquer aproximação dos aliados, tendo conseguido a rendição de mais de 1.300 homens em um único dia, rapidamente espalhou-se. Logo, o episódio ganhou aura heroica, e construiu-se um quadro mítico em que o distinto sacerdote católico teria se aproximado corajosamente dos paraguaios empunhando tão somente uma cruz retirada das ruínas da igreja de Humaitá. Até mesmo em outros países houve repercussão do fato e, ainda em outubro de 1868, uma gravura foi publicada no periódico norte-americano *Harper's Weekly* representando o ocorrido:

Imagem 1: *The Reverend Father Esmerata, Chaplain of the Brazilian Squadron, exhorting the paraguayans to surrender.*



Fonte: HARPER'S WEEKLY: A JOURNAL OF CIVILIZATION, Vol. XII, nº 617, New York, 24 de outubro de 1868, p. 685.

³¹ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1868.

É curioso notar como o artista do periódico estadunidense, ante a carência de informações que devia ter a seu dispor, adaptou a caracterização dos combatentes com uniformes que lembravam aqueles utilizados pelo Exército Norte-Americano, bem como o terreno que acabou por não retratar os rios e alagadiços da região onde se deu o episódio. Independente disso, o que nos chama atenção é a repercussão do evento e o modo como o capelão da Marinha imperial é representado empunhando corajosamente uma cruz ante os inimigos atocaiados no interior da mata e mesmo diante do iminente perigo.

O Comandante em Chefe da Força Naval Brasileira, o Almirante Joaquim José Ignácio (Visconde de Inhaúma), por sua vez, mencionaria na Ordem do Dia nº 166, de 06 de agosto de 1868 a ação do padre Ignácio Esmerate:

Cumpre aqui patentear que ao Rev. padre Ignacio Esmerati capellão do nosso hospital em Corrientes muito se deve a resolução tomada pelo inimigo de se entregar, porquanto tendo ali espontaneamente se apresentado, depois de serem repellidos 2 parlamentários, foi atendido e recebido, em nome da religião que professamos, conseguiu fazer cessar a effusão de sangue e desgraças que por certo se dariam a continuar a pertinência em que estavam.³²

Posteriormente, no Brasil, o Ministro da Marinha, Barão de Cotegipe, em seu relatório anual ao Parlamento brasileiro reverberaria o ocorrido os seguintes termos:

Sabeis o que ocorreu: os paraguayos repellidos por todos os lados, perseguidos com tenacidade e sem trégoas, convenceram-se a final de que era impossível a resistência e entregaram as armas, attendendo ás palavras evangélicas de um capellão da esquadra brasileira, o padre Ignacio Esmerati.³³

Menos de seis meses após a tomada da Fortaleza de Humaitá, foi a vez da cidade de Assunção, cujas defesas haviam sido previamente evacuadas pelos paraguaios, ser ocupada pelas forças aliadas. A atuação dos capelães contratados pela Marinha do Brasil na fase final do conflito se deu em maior monta nos hospitais montados pelos aliados, tendo alguns deles recebido ordem para regressar ao Rio de Janeiro ainda em 1869.

Nas penas e falas dos Ministros da Marinha, Chefes Navais e na Imprensa brasileira

A presença dos capelães nos discursos dos Ministros da Marinha em seus relatórios não teve princípio com o desenrolar da Guerra da Tríplice Aliança. Nas décadas anteriores, diversos

³² BRASIL. *Compilação das Ordens Geraes para o serviço, economia e disciplina dos navios da Armada Nacional e Imperial publicadas pelo Quartel General da Marinha. 1866-1868*. Volume V. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.

³³ BRASIL. *Relatório (...)*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1869. p. 15.

titulares da pasta da Marinha buscavam deixar claro ao Parlamento brasileiro o desejo que tinham com relação a uma melhor organização do Corpo de Capelães da Armada Imperial. Contudo, durante os anos da guerra, tal discurso foi reiterado e reforçado pelo contexto bélico. O Barão de Cotegipe, Ministro da Marinha entre 1868 e 1870, assim discorre:

Não tem ainda a armada, como fora para desejar, um corpo de capellães que exerça a bordo de nossos navios sua sagrada missão. Entretanto a presença do sacerdote infunde no marinheiro não só o sentimento religioso, como o respeito à moral e disciplina. É pois muito sensível a falta de organização d'este corpo. [...] Alguns [capelães] estiveram já na esquadra, e ali distinguiram-se pelo zelo religioso, e caridade com que socorreram aos nossos infelizes marinheiros moribundos.³⁴

A construção discursiva aqui estabelecida demonstra a motivação da alta administração naval em advogar a presença de capelães a bordo dos navios brasileiros: a um só tempo os sacerdotes contribuiriam para dotar as tripulações de sentimentos religiosos, bem como serviriam para reforçar nos marinheiros o “respeito à moral e disciplina”. Havia uma clara percepção por parte dos grupos abastados brasileiros, que os marinheiros eram provenientes dos:

extratos mais pobres da sociedade, os quais, justamente por tal enquadramento, seriam mais passíveis de tornarem-se bandidos, já que seriam oriundos de ambientes imorais e indisciplinados. Os capelães atuariam, então, na inserção de comportamentos moralizantes e disciplinadores nestes homens. O padre, através de sua aura de respeitabilidade ante os demais indivíduos inseridos em um país majoritariamente católico e cujo catolicismo era a religião do Estado, seria aquele indivíduo a ser respeitado, admirado e cujos conselhos e admoestações seriam seguidas.³⁵

Em um contexto de conflito armado, via-se com maior vigor a necessidade de marinheiros extremamente disciplinados e obedientes aos superiores, já que ordens que punham as próprias vidas dos marinheiros em risco deveriam ser cumpridas em sua plenitude. Além disso, a guerra amplificava o risco de ocorrência de deserções, desobediências, traições, motins. Assim, o sacerdote contratado pela Marinha era encarado pela administração naval e pelos líderes militares para além de um instrumento de salvação das almas, isto é, a atuação dos sacerdotes nos navios e estabelecimentos de terra da Marinha deveria impor-se à consciência dos marinheiros moldando-lhes suas práticas e comportamentos, forjando-os como seres

³⁴ Ibidem, p. 6

³⁵ OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Op. cit. p. 116.

disciplinados, moralizados, cristãos, obedientes, trabalhadores, sóbrios, livres de vícios, ordeiros, sujeitos à hierarquia.

Retornando ao relatório ministerial, o Barão de Cotegipe informa, ainda, que ao voltarem à Corte os capelães, por não estarem embarcados acabavam não recebendo vencimentos, de modo que eram demitidos, e via como solução a tal problema enfrentado pelos capelães extranumerários “a criação de um quadro limitado de capellães, sem honras militares, mas com soldos correspondentes a certos postos a que ficariam assemelhados”.

No ano seguinte, Cotegipe reforçaria sua posição:

Nada tem de lisongeiro o estado desta classe tão útil á nossa marinha de guerra. [...] Eles representam na ordem social um elemento respeitável. Suas palavras e seus exemplos podem influir poderosamente para a manutenção da disciplina e moralidade de nossas guarnições.³⁶

Mais uma vez, o discurso relacionado aos capelães vincula-se ao fato de que, enquanto padres e como tal extremamente respeitados (e porque não dizer temidos), os sacerdotes contribuiriam para manutenção da disciplina e moralidade das tripulações. Daí a preocupação em se criar e regulamentar um quadro de padres efetivos (não mais com contratos temporários) e com uma perspectiva de ascensão funcional.

O sucessor do Barão de Cotegipe na pasta da Marinha, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, por sua vez apontaria que:

Existem actualmente 19 capellães extranumerários. Destes a maior parte estiveram na esquadra [na guerra], onde muito se distinguiram no exercício de seu ministério. [...] Fôra impiedade, em um paiz catholico, privar de tão salutar conforto á uma classe numerosa de cidadãos expostos ás solidões e aos perigos do mar. É pois sensível a falta de organização do corpo de capellães da Armada, e fora conveniente renovar a autorização para este fim.³⁷

Além dos Ministros da Marinha, outras autoridades navais também percebiam a relevância da atuação dos capelães da Armada durante a Guerra da Tríplice Aliança, fosse por entenderem, assim como os Ministros que a presença dos padres contribuiria para a disciplina por parte dos marinheiros, ou fosse pela visão de mundo católica destes oficiais, como era o

³⁶ BRASIL: *Relatório apresentado á Assembleia Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Cotegipe*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 8.

³⁷ BRASIL: *Relatório apresentado á Assembleia Geral na terceira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871. pp. 13-14.

caso do Almirante Tamandaré, e do Almirante Inhaúma, ambos conhecidos por serem homens bastante religiosos e com forte vinculação à Igreja Católica.

O Capitão-Tenente Manuel Carneiro da Rocha, Ajudante de Ordens do Almirante Tamandaré durante parte do conflito, em seu diário pessoal relativo ao ano de 1866³⁸, esboça como era frequente a celebração de missas aos domingos e dias santos especiais a bordo dos navios da Esquadra no teatro de operações. Geralmente, as celebrações religiosas ocorriam no navio Capitânia e com a presença do Comandante das Forças Navais Brasileiras, o Almirante Tamandaré. Entre 04 de março e 16 de dezembro daquele ano, Carneiro da Rocha relata a celebração de 22 missas ocorridas em diversos locais: *Fragata Amazonas*, *Vapor 11 de junho*, *Vapor Apa*, Ilha de Cerrito.

O Almirante Tamandaré, que a tantas missas assistira no teatro de operações no ano de 1866, além de haver presenciado os serviços religiosos dos capelães extranumerários da Armada nas Campanhas do Uruguai e Paraguai, assim se expressaria na sua Ordem do Dia nº 6, de 30 de agosto de 1866:

A missão dos ministros da religião, *sendo por sua natureza superior a todas as outras*, creio que ninguém acreditará que é por menosprezo que faço em último lugar a honrosa menção devida aos Srs. Capellães da esquadra pela maneira nobre e elevada porque tem sabido exercer seu sacerdócio sublime prestando nos nossos hospitaes com toda a caridade e dedicação os socorros da nossa Santa Religião.³⁹

Tal Ordem do Dia não aludia apenas à atuação dos padres, mas tratava de elogiar nominalmente diversos militares e classes da Marinha pelas ações navais desencadeadas entre abril de agosto de 1866, contudo, o Comandante em Chefe da Força Naval brasileira dá posição de destaque em sua fala aos capelães da Esquadra, apontando a missão dos padres sob suas ordens como “superior a todas as outras”, na medida em que eles teriam uma sagrada missão sustentada pela “Santa Religião” católica.

Com relação ao Visconde de Inhaúma, que veio a substituir o Almirante Tamandaré no comando das Forças Navais Brasileiras em fins de 1866, já apresentamos a transcrição de uma de suas primeiras Ordens do Dia (OD nº 7, de 1º de janeiro de 1867), na qual toma lugar de destaque a presença e atuação dos sacerdotes católicos no cotidiano da esquadra brasileira no rio Paraguai.

³⁸ ROCHA, Manuel Carneiro da. *Diário da Campanha Naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

³⁹ BRASIL, Op. Cit. (*Compilação...*, 1869). Destaque nosso.

O capelão da Corveta *Brasil* (capitânia de Inhaúma) é diversas vezes citado na referida Ordem do Dia, e tratava-se do eclesiástico já mencionado Frei Antonio da Immaculada Conceição, o qual, segundo Victorino Barros⁴⁰ era amigo do Almirante Joaquim José Ignácio.

Alguns meses depois, em 21 de julho de 1867, o Visconde de Inhaúma preencheria uma de suas Ordens do Dia (OD nº 67) com nova determinação aos capelães da esquadra. Diante do planejamento de uma operação conjunta com as forças terrestres e sob o comando do Marquês de Caxias, Inhaúma insuflava ânimo aos seus subordinados chamando-os ao combate e à vitória, mas afirmava que:

Nada, porém, se alcança neste mundo sem o auxilio Divino.
Nossos reverendos capellães, com a caridade que os distingue, invoquem esse auxilio fazendo preces com a possível solemnidade pelo triumpho das armas aliadas, consecutivamente nos dias 22, 23 e 24 do corrente.⁴¹

Ou seja, o comandante brasileiro reafirmava a noção de que a vitória das armas aliadas só seria possível através da ação divina, de modo que era obrigação dos capelães realizarem de modo solene orações pelo sucesso da operação militar⁴². A religião então era a chave da vitória, pois buscava-se enfatizar que a causa aliada coadunava-se com a vontade divina, na medida em que a luta que ocorria se dava para pôr fim ao jugo tirânico e, conseqüentemente, antirreligioso de Solano López ao povo do Paraguai. A justificativa teológica para tal guerra por parte dos aliados poderia ser vislumbrada sob um prisma tomista, haja visto que na quadragésima questão da 2ª Seção da 2ª Parte de sua *Suma Teológica*⁴³, Santo Tomás de Aquino trata da guerra abordando, dentre outras questões, se há alguma guerra que seja lícita. Como resposta Tomás de Aquino aponta que tal licitude só é possível sob três condições: (1) se for ordenada sob “*auctoritas principis*” (a autoridade do príncipe), o qual deve ser considerado legítimo; (2) se houver “*requiritus causa iusta*” (uma causa justa), ou seja, para se punir injustiças cometidas pelo inimigo; e (3) se visa “*bonum promoveatur*” (promover o bem), por exemplo, propagar a paz e reprimir os maus. Isto é, para as lideranças políticas, militares e religiosas brasileiras, as três condições tomistas de licitude da guerra estavam dadas.

⁴⁰ BARROS, op. cit., p. 445.

⁴¹ BRASIL, Op. cit. (*Compilação...*, 1869).

⁴² A operação consistiu em uma marcha de flanco das forças terrestres com apoio naval a fim de se contornar a Fortaleza de Humaitá, buscando isolá-la e encontrar alguma vulnerabilidade na mesma. No dia 31 de julho Caxias concluiu a operação chegando com o grosso da tropa na pequena povoação de Tuiú-Cuê de onde se podia ver Humaitá. Cf DORATIOTO, Op. cit. p. 566.

⁴³ AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. Vol. V, II Seção da II parte. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 517-519.

Se por um lado era constante a preocupação relacionada aos paraguaios e às refregas que eram travadas, por outro, alguns graves episódios de indisciplina tomavam lugar nos assuntos que o Comandante em Chefe da Esquadra em Operações de Guerra tinha de lidar, conforme se pode verificar em sua Ordem do Dia nº 88, de 11 de outubro de 1867. O Almirante Inhaúma relata a ocorrência de três assassinatos consecutivos, premeditados e sem suspeitos que havia ocorrido entre seus homens. Sua principal suposição era de que haviam sido cometidos por vingança a militares que haviam denunciado aos oficiais atos proibidos de seus companheiros, o que resultara em castigos físicos aos denunciados, de modo que, em primeiro lugar, o Almirante Inhaúma determinava aos comandantes dos navios que deixassem claro às suas guarnições, quando da aplicação de punições, os motivos e a necessidade do castigo para o bem da disciplina geral. Em seguida, o Almirante Joaquim José Ignácio, recomendava aos capelães:

Que em suas práticas tenham muito em vista incutir nos ânimos da nossa gente que é naturalmente dócil, princípios de moral e de virtude; e lhe mostrem quanto eleva o homem o amor do próximo, a obediência às leis divinas e humanas e a prática das boas acções.⁴⁴

Novamente, surgem elementos que nos fazem perceber a missão dada aos capelães com relação à manutenção da disciplina a bordo dos navios. O Almirante Joaquim José Ignácio foi descrito por aqueles que lhe biografaram como um homem bastante religioso e devotado à igreja católica. Victorino Barros, um dos biógrafos de Inhaúma, faz menção à Ordem do Dia de 1º de janeiro de 1867, por nós anteriormente citada, afirmando que:

É geralmente conhecido o espírito religioso, por meio do qual o almirante Joaquim José Ignácio, visconde de Inhaúma, assinalava os actos de sua vida pública e particular.

Ao saudar a esquadra no dia 1º de janeiro, isto é, poucos dias depois de assumir o commando em chefe animando seus irmãos de armas a assoberbarem os novos perigos, como haviam conjurado os passados, proclamou: «nós, soldados christãos, temos um dever sagrado a cumprir – é elle invocar o auxilio divino para o bom êxito de nossa empresa».

E estabeleceu missa aos domingos e dias sanctificados, assim como aos sábados resarem as guarnições me voz baixa, a ladainha da Virgem Immaculada e a Salve Rainha.⁴⁵

Assim, apesar do pequeno número de capelães a serviço da Armada Imperial no teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança, os variados discursos, na imprensa brasileira, nos relatório dos Ministros da Marinha, nas Ordens dos Dias dos Comandantes em Chefe das Forças

⁴⁴ BRASIL, Op. cit. (*Compilação...*, 1869).

⁴⁵ BARROS, Op. cit., pp. 214-215.

Navais, nas Partes de Combate dos comandantes dos navios brasileiros, ou em relatos e memórias sobre a guerra, confluíam para uma perspectiva forjada pelo contexto cultural no qual os personagens envolvidos na guerra estavam inseridos, onde a religião era de fundamental relevância na percepção dos acontecimentos fazendo parte da visão de mundo e construção de realidades por parte daqueles sujeitos. Ou seja, a presença de padres no campo de batalha garantiria, ao mesmo tempo, a salvação dos corpos e das almas dos marinheiros, a vitória nas batalhas, a graça divina aos que porventura pudessem e a manutenção da disciplina e moralidade por parte dos subalternos.

Apesar da vitória dos brasileiros na guerra e dos constantes elogios aos sacerdotes católicos a serviço da Armada Imperial, o término do conflito não trouxe modificações na situação dos oficiais do culto da Marinha do Brasil no que dizia respeito à organização e regulamentação de um Corpo Eclesiástico que definiria uma carreira naval e condições pecuniárias mais atraentes aos religiosos.

Pouco tempo após o fim do conflito, o famoso padre espanhol Ignacio Esmerate – que conseguira a naturalização brasileira por meio do Decreto nº 1.630, de 15 de julho de 1869 - acabou pedindo demissão do serviço eclesiástico da Armada Imperial e partiu para o Rio Grande do Sul. O então Ministro da Marinha, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, informaria o desligamento do padre Esmerate em seu relatório: “O padre Ignacio Esmerate pediu e obteve demissão sendo elogiado pelos relevantes serviços que prestou”⁴⁶.

Como reação à demissão de Esmerate, em nota publicada no periódico *Correio Nacional* de 27 de julho de 1870, um articulista não poupava críticas à administração naval diante do ocorrido com Esmerate, argumentando que o empenho deste capelão na guerra, em especial no famoso episódio da rendição dos paraguaios em Humaitá, não havia sido devidamente recompensado pelas autoridades brasileiras:

Saiba pois o paiz que o Sr. Esmerati, vendo-se assim mal recebido, pediu sua demissão de capellão da marinha, e se foi para o Rio Grande.

Lá, os Rio Grandenses o hão de apreciar, e será então recompensado pelos carinhos das ovelhas que lhe deram: para tanto não precisa elle levar uma comenda ao peito, as honras de uma conesia da capella imperial.

Que verdadeiro contraste entre o modo porque foi tratado o padre Esmerati e o porque tem sido considerado o capitão de fragata Nuno Cardoso.⁴⁷

⁴⁶ BRASIL, Op. Cit. (1871), p. 14.

⁴⁷ CORREIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1870.

Ou seja, a regulamentação de um Corpo Eclesiástico para a Marinha, em moldes similares ao que já existia no Exército desde 1850, seria um reconhecimento muito maior do que as condecorações e honras de exercer funções eclesiásticas na Capela Imperial. O exemplo de Esmerate é o mais extremo, pois a demissão dos demais capelães não foi seguida de grandes reações impetuosas por parte da imprensa, tendo se dado gradativamente e como era natural aos capelães extranumerários da Marinha. Porém, a situação da falta de organização de um Corpo Eclesiástico da Armada atingia diretamente aspectos relacionados à remuneração e carreira dos oficiais do culto, o que, por sua vez repercutia na dificuldade de se ter um número adequado de capelães, de manter-se os sacerdotes contratados, e de cooptar padres com experiência no sacerdócio e com o perfil almejado pela força.

Considerações finais

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai foi um episódio extremamente marcante para as nações sul-americanas no âmbito político, econômico, social e cultural. Suas heranças até hoje podem ser percebidas no cotidiano dos quatro países beligerantes. Mas para além da perspectiva macro de análise do conflito, as abordagens mais pontuais e micro analíticas da guerra são de extrema relevância para se compreender de que maneira aqueles sofríveis anos foram vivenciados por diversos homens e mulheres.

Dentre tais sujeitos pode-se apontar um grupo de nove sacerdotes católicos contratados pela Marinha Imperial brasileira que estiveram presentes nos campos de batalha fluviais e terrestres. As ações de “caridade cristã” destes religiosos foram reiteradamente evocadas pelas partes de combate, ordens do dia e correspondências oficiais dos comandantes navais brasileiros e reverberadas na imprensa brasileira da época.

Para as autoridades navais civis e militares, a presença de tais religiosos a bordo dos navios, justificava-se por um duplo raciocínio: ao mesmo tempo em que eles seriam responsáveis pelas almas dos marinheiros brasileiros, sua presença serviria para a manutenção da “moralidade” e “disciplina” a bordo das belonaves. A figura do capelão era considerada como de extrema relevância, tanto pelo discurso disciplinador e moralizante, como pelo fato de que as ações ritualísticas (missas, sacramentos, orações) dos representantes de Deus e da Igreja do Estado trariam a vitória aos Aliados.

Encerrada a guerra, os Ministros da Marinha continuaram a indicar em seus relatórios da década de 1870 a vital importância da figura do capelão no meio naval, mesmo em tempos

de paz, pois ele contribuiria para a manutenção da disciplina dos marinheiros, na medida em que a simples presença e exemplo de vida caridosa do sacerdote poderia ser mais eficaz que o “receio do castigo”.

Porém, apesar dos rogos dirigidos pelos Ministros da Marinha aos legisladores do Império com vias a criação de condições legais para a regulamentação de um Corpo Eclesiástico na Marinha, os reiterados pleitos não foram atendidos. Curiosamente, a despeito da íntima relação entre a Igreja e o Estado no período imperial, a monarquia findou-se sem a efetiva organização de um Corpo de Capelães da Marinha do Brasil. A Proclamação da República, a partir de seu espírito laico norteador, trouxe consigo a demissão de todos os capelães da Armada que ainda prestavam serviços em 1889. Somente após a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma organização e regulamentação de um Corpo, agora militarizado, de capelães navais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A Religião na caserna: o papel do capelão militar*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. Vol. V, II Seção da II parte. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARIAS NETO, José Miguel. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 11, v. 21, 2015, p. 35-53.

ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL: *Livro Mestre de Padres*. Nº 5.414. Rio de Janeiro, s.a.

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Urugway e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BARROS, J. A. Victorino de. *Guerra do Paraguay*. O Almirante Visconde de Inhaúma. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1870.

BRASIL. *Almanaks do Ministério da Marinha*. vs. IX, X, XI, XIII, Rio de Janeiro, Typographia Nacional e Typographia Perseverança, 1864, 1865, 1866 e 1870.

BRASIL. *Almanak do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

BRASIL. *Compilação das Ordens Geraes para o serviço, economia e disciplina dos navios da Armada Nacional e Imperial publicadas pelo Quartel General da Marinha. 1866-1868. Volume V*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.

BRASIL. *Relatório apresentado á Assembleia Geral na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Cotegipe*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.

BRASIL. *Relatório apresentado á Assembleia Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Cotegipe*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. *Relatório apresentado á Assembleia Geral na terceira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias del coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea Reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay. Tomo Tercero*. Buenos Aires: Imprenta de Obras de J. A. Berra, 1897.

‘CORREIO MERCANTIL’, Rio de Janeiro, 1865-1868.

‘CORREIO NACIONAL’, Rio de Janeiro, 1870.

COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. v. III. Rio de Janeiro: Livraria A. G. Guimarães, 1870.

‘DIÁRIO DE PERNAMBUCO’, Recife, 1866.

‘DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO’, Rio de Janeiro, 1867-1868.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2014.

FONSECA, Ignacio Joaquim. *Estudo. A Batalha de Riachuelo*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia a vapor Lombaerts & Comp, 1883.

‘GAZETA DE NOTÍCIAS’, Rio de Janeiro, 1901.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

‘HARPER’S WEEKLY: A JOURNAL OF CIVILIZATION’, v. XII, n.º 617, New York, 1868.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Em prol da moralidade e da disciplina: os Oficiais do Culto da Marinha Imperial entre 1822 e 1865. *Antiteses*, v. 13, n. 25, p. 102-120. Jan-Jun. 2020.

OURO PRETO, Visconde de (Affonso Celso de Assis Figueiredo). *A Marinha d'outrora: subsídios para a História*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.

PIOVEZAN, Adriane. A assistência religiosa na guerra: o serviço de capelania militar no Brasil. In: IV Simpósio do GT História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul – Religiões, Religiosidades e Patrimônio Cultural. Porto Alegre: *Anais do IV GTHRR-ANPUH*, 2015.

PORTUGAL. *Regimento Provisional, para o Serviço e disciplina das Esquadras e navios da Armada Real*. Lisboa: Oficcina de Antonio Rodrigues Galhardo - Impressor do Conselho do Almirantado, 1796.

PROBER, Kurt. *História do Supremo Conselho do Grau 33*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1981.

ROCHA, Manuel Carneiro da. *Diário da Campanha Naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

RODRIGUES, Fernando da Silva & PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SILVA, Theotônio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor D. L. Garnier, 1884.

SQUINELO, Ana Paula & MARIN, Jérri Roberto. Pela salvação das almas: a presença de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 7, n. 1, 2014.

TAUNAY, Affonso d'Escragno. *No Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay – 1864-1870. In: XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (ANPUH): História e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras. Campo Grande: *Anais do XI EEH – ANPUH-MS*, 2012.

Recebido: 28 de maio de 2021

Aprovado: 09 de agosto de 2021